

Governo Lula fecha primeiro ano com rombo de R\$230,5 bilhões**Governo tem rombo de R\$ 230 bilhões em 2023**

Em 2023, primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as contas do governo central registraram rombo de R\$ 230,5 bilhões, o equivalente a 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB). O resultado é o pior desde 2020, ano em que eclodiu a pandemia da covid-19, quando houve déficit de R\$ 939,9 bilhões, e sucedeu o superávit de R\$ 54,1 bilhões, equivalente a 0,5% do PIB, registrado em 2022.

A meta fiscal ajustada para 2023 admitia rombo primário de até R\$ 213,6 bilhões. No último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, publicado em novembro, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou resultado deficitário de R\$ 177,4 bilhões, equivalente a 1,9% do PIB. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia prometido entregar déficit de 1% do PIB, mas já admitia que poderia ficar em torno de 1,3% – cerca de R\$ 142 bilhões.

O déficit foi menor que a mediana das expectativas do mercado financeiro, de R\$ 232,2 bilhões.

Um dos fatores que determinaram o desempenho foi a quitação dos precatórios (R\$ 93,1 bi), estoque que havia ficado do governo anterior. Sem o valor que foi pago, o déficit teria sido de cerca de R\$ 138 bilhões, o que corresponde a 1,27% do PIB.

Precatórios

Apesar do saldo negativo, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que o resultado de 2023 foi “satisfatório”.

– Nossa sinalização para o horizonte de médio prazo é de reversão desta tendência que vem acontecendo em mais de uma década, de piora a cada um desses ciclos. Esperamos que a partir de 2024 o movimento de recuperação fiscal fique mais nítido – afirmou, em entrevista coletiva.

Ceron ponderou que, retirado fatores extraordinários e passivos, como os precatórios e as compensações a Estados e municípios, o saldo seria de 1,08% do PIB, ou seja, próximo do objetivo que a Fazenda traçou para o ano.

Ele também lembrou que, embora seja positiva para o cenário macro, a redução da inflação comprometeu a arrecadação, e destacou os efeitos do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), de R\$ 17 bilhões, e das subvenções de ICMS, com impacto de quase R\$ 20 bilhões a mais que o esperado.

Ceron afirmou que o governo vê “bons sinais” para o cumprimento da meta fiscal em 2024, em linha com o planejado pela Fazenda, que prevê zerar o déficit neste ano. Segundo ele, a regra do novo arcabouço fiscal, que limita o crescimento das despesas, deve garantir melhora nos resultados das contas a cada ano.

– Estamos vendo bons sinais, em linha com o planejamento. Houve em 2023 com a PEC da Transição uma recomposição porque havia represamento de despesas, sem isso seria impossível o pagamento dos auxílios. Houve esse movimento, e tiveram movimentos extraordinários. Em 2024, temos a estreia do marco fiscal – disse o secretário.



Números foram apresentados pelo Tesouro Nacional em coletiva

O que influenciou

• **Queda de receita** – As receitas tiveram baixa real de 2,8% em relação a 2022. O governo alega que a redução na inflação, que fechou o ano dentro da meta pela primeira vez desde 2020, retirou em torno de R\$ 25 bilhões da arrecadação.

• **Aumento de gastos** – As despesas do governo federal subiram 12,5%, já descontada a inflação.

• **Quitação de precatórios** – O governo obteve autorização do STF para quitar passivo de R\$ 93,1 bilhões em dívidas judiciais.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 9